

**Curriculum vitae**

Nome — Fernando Campos de Sousa Real.

Local e data de nascimento — Porto, 18 de Setembro de 1949.  
Habilitações académicas:

Licenciatura em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1978, com a classificação de 14 valores; Estágio em Geologia do Quaternário e Pré-História na Universidade de Marselha, 1983.

**Breve descrição da carreira/atividade profissional**

Funções docentes:

De 1976 a 1982 — ensinos básico e secundário;  
De 1993 até à presente data — ensino superior — docência nas seguintes universidades:

Universidade Técnica de Lisboa — Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos (1993);  
Universidade Clássica de Lisboa — Faculdade de Letras Património e História Local (1994-1995);  
Universidade Portucalense Infante D. Henrique — A Reconstituição do Meio Ambiente (1996);  
Universidade de São Paulo, Brasil — A Arqueologia Urbana em Portugal (1996);  
Universidade Nova de Lisboa — mestrado de História Medieval e licenciatura em História, variante de Arqueologia (de 2002 até à presente data).

Actividade profissional:

Comissão Nacional do Ambiente (1980-1982) — colaboração no projecto «Atlas do ambiente», na revisão e actualização da Carta Geológica de Portugal, na escala de 1/1 000 000, da qual é autor;  
Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, em regime de requisição — 1982-1988;  
Instituto Português do Património Cultural (IPPC) — director de serviços do Departamento de Arqueologia (1988-1992);  
Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) — director de serviços do Departamento de Arqueologia (1992-1997);  
Instituto Português de Arqueologia (IPA) — director de serviços do Departamento de Gestão e Planeamento (1998-2002);  
Director do IPA, de 2002 até Novembro de 2005.

Trabalhos arqueológicos de campo:

Participação desde 1969 em prospecção, escavação, tratamento de materiais, elaboração de relatórios e gestão e coordenação de trabalhos de campo.

Participação em comissões e grupos de trabalho:

Preparação do diploma relativo à carreira de arqueólogo na Administração Pública; comissão de arqueologia do Comité do Património Cultural do Conselho da Europa; Comissão Nacional contra a Poluição do Mar; conselho consultivo do IPPC e do IPPAR; Reuniões de peritos governamentais em Marrocos, Itália, Brasil, França, Polónia, Austria, Alemanha, Reino Unido e na 8.ª Assembleia Geral dos Estados que Ratificaram a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO (de 1989 até à presente data); delegação portuguesa à Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) (1992); *comité* de especialistas de arqueologia do Conselho da Europa para a preparação do Plano Europeu de Arqueologia (1995); coordenação do grupo de trabalho «Levantamento da situação profissional dos arqueólogos portugueses», criado no seio da Pró-APA (Pró-Associação Profissional de Arqueólogos) (1993); júri para a atribuição do Prémio Gulbenkian de Arqueologia de 1995; reunião da UNESCO sobre a protecção do património cultural subaquático; coordenador do grupo de trabalho informal do Ministério da Cultura para o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (2002); presidente do júri do concurso público para a concepção do projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa — MAAVC (2003-2004). Coordenação do processo de elaboração do projecto do MAAVC.

Organização de reuniões científicas:

I Reunião do Quaternário Ibérico (1985); 7th International Congress on Deterioration and Conservation of stone (1992); colóquio internacional «Existe uma Idade do Bronze Atlântico?»

(1995); «Que utilização para o património construído?» (1996); «Arqueologia da Arrábida» (1998).

Intervenções no âmbito da Museologia:

«A aventura humana», Museu de Etnologia (1982); «Portugal — das origens à época romana», Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1985); «Salvar as ruínas da ruína», exposição itinerante (1990); «Lisboa subterrânea», Museu Nacional de Arqueologia (1994); «Conservação e musealização das ruínas romanas de Villa Cardílio», Torres Novas (1996-1997).

Conferências e comunicações:

«Quaternário e pré-história do vale do Nabão», Sociedade de Geografia de Lisboa, 1988; «Arqueologia em Portugal», Convento dos Capuchos (1989); «Le développement de programmes de coopération dans le domaine du Patrimoine Archéologique et Architectural», simpósio sobre património cultural, Cracóvia, Polónia (1991); «La Recherche Archéologique au Portugal», Rencontres Européennes d'Archéologie, Toulouse, França (1992); «Visão global da intervenção dos arqueólogos em meio urbano», Fundação Convento da Orada, Monsaraz, (1995); «Recuperar a memória da cidade», I Encontro Brasileiro de Habitação em Centros Históricos, Santos, Brasil (1996); «Protecção/preservação de sítios arqueológicos», Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 2000; «O património arqueológico em áreas urbanas», município do Machico, (2001); «Monumento orgânico — território antigo», seminário organizado pelo IPA para a apresentação dos Laboratórios de Arqueociências (em instalação) (2003); acreditação dos arqueólogos — Braga — Associação de Estudantes da Universidade do Minho (2004). O papel do IPA e das autarquias na protecção e defesa do património arqueológico (2005).

Trabalhos publicados:

Autor de 45 títulos publicados em Portugal e no estrangeiro sobre património cultural e arqueologia, inseridos em revistas e outras publicações da especialidade.

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA****Gabinete do Subsecretário de Estado da Administração Interna**

**Despacho n.º 25 043/2005 (2.ª série).** — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 10 493/2005, de 24 de Abril, do Ministro de Estado e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, e nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no director do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna (GEPI), licenciado Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, com a faculdade de subdelegar, restrita aos respectivos directores de serviço, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matérias de gestão de recursos humanos e de gestão financeira:

- Autorizar os funcionários e agentes em serviço no GEPI a prestar trabalho extraordinário, previsto na alínea d) do n.º 33 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados ao pessoal dirigente e de chefia do GEPI, nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
- Autorizar a concessão de licença sem vencimento por um ano, e sua renovação, nos termos dos artigos 76.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio, bem como autorizar o regresso à actividade;
- Despachar pedidos de regresso ao regime de trabalho de tempo completo;
- Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes, quando decorram no estrangeiro;
- Outorgar, em representação do Estado, nos contratos de compra ou cedência de edifícios ou de terrenos para a construção de instalações das forças e serviços de segurança;
- Aprovar os autos de recepção provisória e definitiva de empreitada de obras públicas e de fornecimento;

- g) Representar o Estado na outorga dos contratos para a realização de obras de aquisição de bens e serviços, qualquer que seja o montante;
- h) Outorgar os autos de entrega de instalações e de equipamentos para as forças e serviços de segurança uma vez concluídos, remodelados ou adquiridos;
- i) Aprovar os terrenos e edifícios para construção, ampliação ou remodelação de instalações, após parecer favorável da força ou serviços de segurança a que se destinam;
- j) Aprovar projectos de obras cuja estimativa não ultrapasse os € 1 000 000;
- k) Aprovar os procedimentos dos concursos cuja base de licitação não exceda os € 1 000 000, quando incluídos nos planos de programas plurianuais legalmente aprovados;
- l) Conceder adiantamentos aos adjudicatários das empreitadas e fornecimentos, nos termos da legislação aplicável;
- m) Aprovar as fórmulas de revisão de preços propostos pelos adjudicatários;
- n) Autorizar a prorrogação do prazo contratual de empreitadas e fornecimentos, nos termos da legislação aplicável;
- o) Autorizar despesas com a execução de obras e aquisições de bens e serviços quando se refiram a dotações orçamentais de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados até ao limite de € 1 000 000;
- p) Autorizar despesas provenientes de revisões de preços de empreitadas ou de aquisições de bens ou serviços dentro dos limites fixados no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

2 — O exercício dos poderes ora subdelegados previstos nas alíneas b), d) a g) e i) a k) do número anterior fica condicionado ao conhecimento prévio ao meu Gabinete dos respectivos projectos de decisão.

3 — Ratifico todos os actos praticados pelo mesmo director do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações desde 27 de Novembro de 2005 até à publicação do presente despacho, no âmbito das competências previstas nas alíneas do n.º 1 do presente despacho e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo e independentemente do cumprimento do disposto no n.º 2.

8 de Novembro de 2005. — O Subsecretário de Estado da Administração Interna, *Fernando António Portela Rocha de Andrade*.

## Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

### Departamento de Recursos Humanos

**Despacho (extracto) n.º 25 044/2005 (2.ª série).** — Foi rescindido a seu pedido o contrato administrativo de provimento celebrado com o docente José Gonçalves Tavares, a exercer funções no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, a partir de 21 de Julho de 2005.

17 de Novembro de 2005. — Pelo Director, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Leopoldina Pereira*.

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**Aviso n.º 11 058/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Darame Iafá, natural de Bissorá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 4 de Dezembro de 1952, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 11 059/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rui Alberto Silva Correia, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 19 de Agosto de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82,

de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 11 060/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Armindo Pires Duarte, natural de Santo António Pombas, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 8 de Maio de 1942, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 11 061/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Domingas Andrade de Brito, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 28 de Fevereiro de 1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 11 062/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Bin Chao, natural de Tai Yuan, República Popular da China, de nacionalidade chinesa, nascido em 9 de Fevereiro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 11 063/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Joana dos Santos, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 20 de Janeiro de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 11 064/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Sergio Araujo Fontes Torres, natural de Salvador, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 26 de Setembro de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

**Aviso n.º 11 065/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luís Orlando Fernandes Cardoso, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 30 de Janeiro de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.